

Sobre a teoria marxiana da história nas “Formações econômicas pré-capitalistas”*

MARCO VANZULLI**

O texto e sua perspectiva teórica e histórica

Referindo-nos ao famoso escrito *Formações econômicas pré-capitalistas*, que integra os *Grundrisse*, pretendemos desenvolver algumas considerações sobre os objetivos e a lógica que governam a tentativa marxiana de determinação das linhas do percurso histórico que põe fim ao sistema capitalista de produção. Antes de tudo, indicaremos o caráter pragmático peculiar que preside a reconstrução da passagem evolutiva da forma originária da propriedade comunitária às relações de propriedade que caracterizam o modo de produção capitalista. Mostraremos, pois, como, à primeira vista paradoxalmente, uma certa relação com o pensamento hegeliano permite a Marx pensar o processo histórico de forma absolutamente não hegeliana. Consideramos que, de uma tal análise, se possa extrair algumas úteis – embora parciais – conclusões sobre o caráter da teoria marxista da história. Esta se apresenta fundamentalmente como forma de prática teórica a serviço da práxis histórico social – excêntrica, portanto, em relação à tradição ocidental aristotélica da ciência teórico-contemplativa: pesquisa *in fieri* e, ao mesmo tempo, aplicação e elaboração de

* Tradução do italiano de Zaira Rodrigues Vieira.

** Pesquisador da Università degli Studi di Milano-Bicocca.

um método complexo, composto de vários níveis lógico-disciplinares unificados em vista da determinação das estruturas específicas do modo de produção capitalista e de suas relações com outros modos ou modelos de produção.

O texto das *Formen* apresenta, certamente, o caráter de texto-laboratório no qual Marx tenta deduzir uma reconstrução teórico-histórica absolutamente particular e inédita, mas não se trata de uma improvisação ou de um interesse extemporâneo. Nos encontramos, na verdade, face a um texto que é fruto de longos anos de reflexão, que precede em pouco *O Capital* – tendo sido mesmo usado na elaboração deste texto – e no qual se encontram e se compõem, numa única análise, as técnicas de investigação próprias a diversas disciplinas. Trata-se de disciplinas fundamentais, cada uma a seu modo, na formação do pensamento marxiano: a filosofia (sobretudo, no caso, a filosofia hegeliana); a economia política; os estudos de história antiga nos seus diferentes componentes, em particular, o direito antigo, enquanto concernente às formas e às relações de propriedade. As *Formen* é, certamente, um texto complexo, que se expressa por fórmulas sintéticas e no qual nos encontramos, como escreveu Eric Hobsbawm, frente ao desenvolvimento e ao procedimento do pensar de Marx, em que se pode, pois, seguir Marx enquanto pensa¹. Um modo de analisar este texto seria, portanto, aquele que toma em consideração suas diferentes almas cognitivas, reconstruindo, de cada uma, sua função e importância. Sem esquecer, porém, a compacidade das *Formen*, que podemos considerar, deste ponto de vista, uma unidade múltipla. Tanto no texto, quanto na mente de Marx, enquanto redige, enquanto trabalha e pensa, estes componentes heterogêneos não estão simplesmente reunidos, uns ao lado de outros, mas são partes ativas num todo. Portanto, a consideração da função e da maneira de agir de cada um deles poderia ser considerada, de algum modo, como uma análise propedêutica para voltar, depois, ao texto em sua complexidade e integridade. Aqui, nos deteremos fundamentalmente sobre a função desenvolvida pelo aparato conceitual e dialético da filosofia hegeliana, tentando, pois, sobre a base das considerações desenvolvidas, tirar alguma consequência relativa à teoria da história em Marx.

O objetivo fundamental das *Formen* é o de estabelecer de que modo se chega à estrutura da propriedade que caracteriza o modo de produção capitalista, isto é, à figura da simples força de trabalho e à possibilidade da acumulação originária que está na base do capital. É este o caráter que une os diferentes aspectos deste texto e que indica justamente aquela compacidade à qual nos referimos. Trata-se, pois, de entender como se produz “a separação do trabalho livre em relação às

¹ Cf. E. Hobsbawm. *Karl Marx, Formações econômicas pré-capitalistas – Introdução*. 5º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1986, p. 19.

² K. Marx. *Forme che precedono la produzione capitalistica*, in K. Marx - F. Engels, *Opere*, vol. XXIX (1857-1858). Roma, Editori Riuniti, 1986, p. 407.

condições objetivas de sua realização”². Com efeito, ao estabelecer os tipos históricos de propriedade, Marx tem sempre em mente a oposição entre proprietário e trabalhador que se dá na figura do trabalho assalariado. A propriedade é, em primeiro lugar, uma relação, como, de resto, o próprio capital. Os indivíduos não agem como meros trabalhadores na propriedade fundiária privada nem na propriedade coletiva. O indivíduo como trabalhador é um produto histórico³, assim como o homem enquanto indivíduo. Marx considera as formações pré-capitalistas em geral como formações econômicas cujo fim é a produção de valores de uso⁴, nas quais o indivíduo não é justamente um simples trabalhador livre, mas sua relação com as condições de trabalho é mediada por sua existência como membro da comunidade. Não é, com efeito, a *unidade* do homem com as condições naturais inorgânicas que necessita, segundo Marx, de uma explicação, mas antes sua separação, que se realiza plenamente apenas na relação entre o trabalho assalariado e o capital⁵. Como afirma, ainda, na *Introdução de 1857*: “O trabalho parece uma categoria de todo simples. A representação do trabalho, também, nesta generalidade, como trabalho em geral, é muito antiga. E, todavia, considerado nesta simplicidade, do ponto de vista econômico, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna quanto o são as relações que produziram esta simples abstração”⁶. As *Formen* considera, portanto, o processo histórico enquanto processo de *dissolução* do vínculo entre o trabalhador e suas condições objetivas de trabalho⁷, tanto assim que a última parte do texto é dedicada à descoberta da gênese da acumulação originária do capital à luz da dissolução dos modos de produção precedentes.

Quando se trata de compreender a teoria da história de Marx – ou de articular uma tal teoria a partir do materialismo histórico – não se pode esquecer que é este o ponto de vista marxiano⁸. Em outros termos, a linha de desenvolvimento fundamental do materialismo dialético apresentada no *Prefácio de 1859*, que prenuncia o socialismo através dos modos de produção antigo clássico, feudal e capitalista, não deve ser tomada como uma prospectiva absoluta ou universal. Não o era pelo próprio Marx, como fica claro do interesse demonstrado, nos anos oitenta, pela comunidade rural russa com relação à eventualida-

³ Idem, *ibidem*, p. 408.

⁴ Idem, *ibidem*, pp. 417-418.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 422.

⁶ Cf. K. Marx. “Introduzione del 1857”, in *Per la critica dell’economia politica*. Roma, Editori Riuniti. 1984, p. 191.

⁷ K. Marx, *Forme che precedono la produzione capitalistica*, op. cit., pp. 434-436.

⁸ Este aspecto é claramente compreendido e expresso por G. Sofri. *Il modo di produzione asiatico. Storia di una controversia marxista*. Torino, Einaudi. 1974 (1979), pp. 192-195.

de da revolução, e, ainda, da constatação de que, para a maior parte dos povos do mundo, o capitalismo não é o resultado de uma evolução interna, mas um modelo econômico imposto a partir da revolução mercantil, como é o caso da estática formação social indiana. Na *Introdução de 1857*, Marx afirma que “a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco”, isto é, afirma que aquilo que é plenamente desenvolvido, aquilo que “se desenvolveu em todo o seu significado”, a “forma superior”, pode permitir a compreensão das formas inferiores. Assim, as categorias que exprimem as relações e a estrutura da organização histórica mais desenvolvida e complexa – a sociedade capitalista – permitem compreender a estrutura e as relações de produção de todas as sociedades que a precede e que constituem sua premissa histórica (“com os restos e os elementos das quais ela se edificou”)⁹. Todavia, Marx não se põe, através deste discurso, o problema de compreender cientificamente a *forma inferior não desenvolvida*, mas, ao contrário, o de iluminar melhor a gênese da *forma superior plenamente desenvolvida*, ao estudo da qual está se dedicando, seja, precisamente, o modo de produção capitalista. É o caso das categorias econômico-jurídicas do dinheiro e da propriedade, que, como o *concreto* e o *simples* plenamente desenvolvidos, são o resultado das condições mais avançadas¹⁰.

Não escapa a Marx, porém, como tal compreensão do passado a partir do ponto de vista do presente, que desenvolveu algumas das antigas formas, implica uma concepção unilateral do próprio passado e a tendência a considerar as formas precedentes como simples etapas que devem conduzir à forma última. Para ser crítica das outras formas, a forma judicante deve ser, antes de tudo, autocrítica.¹¹ Mas, ao invés de desenvolver estes motivos com o fim de esmiuçar uma análise metodológica da possibilidade de uma representação objetiva do passado, Marx separa claramente a ordem do desenvolvimento histórico das categorias econômicas da ordem em que estas mesmas categorias se apresentam no interior da moderna sociedade capitalista – ordem que se apresenta de forma invertida em relação à ordem natural ou evolutiva¹². Para além dos princípios metodológicos do conhecimento histórico que Marx aborda, seu objetivo não é, pois, nem nas *Formen* nem em *Para a Crítica da Economia Política*, o de construir uma história objetiva e completa dos modos de produção econômicos precedentes ao modo de produção capitalista, mas, apenas, compreender melhor a gênese histórica e, portanto, a natureza deste último. Como escreveu Mario Dal Pra: “No curso do período no

⁹ K. Marx, “Introduzione del 1857”. In: *Per la critica dell’economia politica*, op. cit., p. 193.

¹⁰ Idem, ibidem, pp. 190-191.

¹¹ Idem, ibidem, p. 194.

¹² Idem, ibidem, pp. 194-197.

qual Marx vinha preparando o texto *Para a crítica da economia política*, ele se encontrou evidentemente dividido entre duas perspectivas diferentes: aquela que se afirmou primeiro foi a perspectiva de dar o devido relevo às questões de método e aos critérios gerais da pesquisa; a que prevaleceu de modo conclusivo foi a de silenciar toda questão de ordem geral ou preliminar, apresentando, antes, o desenvolvimento histórico dos estudos nos quais a nova investigação se situa-va”¹³.

As categorias hegelianas

O texto das *Formen* apresenta um valor particular no interior da produção marxiana na medida em que mostra muito claramente a ação das categorias hegelianas estruturando a lógica do pensamento marxiano. E não estamos referindo-nos, neste caso, nem à teoria da inversão materialista da filosofia hegeliana nem às analogias estruturais entre a filosofia da história hegeliana e a teoria da história marxiana como ela se apresenta, ainda, na *Crítica da Economia Política*¹⁴. De fato, a ação das categorias hegelianas, a lógica da reflexão, será algo de duradouro, a verdadeira e persistente hereditariedade hegeliana em Marx, que observamos estruturar seu modo de pensar e argumentar ainda n’*O Capital*. Nas *Formen*, é evidente, Marx utiliza os pares de oposição mediato/imediato, substância/indivíduo, substância/acidente, existência/essência, exterior/interior, totalidade/particularidade, subjetividade/objetividade, objetivação/estranhamento, a passagem dialética de uma forma a sua oposta. Estes pares e conceitos ajudam Marx a pensar a matéria histórico-econômica das *Formen* em suas relações e em sua dinâmica processual. Por exemplo, na forma originária da comunidade natural, os indivíduos são puros acidentes em relação à substância da comunidade, enquanto emer-

¹³ M. Dal Pra, *La dialettica in Marx. Dagli scritti giovanili all’”Introduzione alla critica dell’economia politica”*. Bari: Laterza. 1977, p. 284.

¹⁴ Em particular, no famoso *Prefácio* de 1859, cf. K. Marx. *Per la critica dell’economia politica*, op. cit., p. 6. Veja, sobre este último ponto, a análise correta de Gianni Sofri, que ilustra porque a indicação dos modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês como “épocas que marcam o progresso da formação econômica da sociedade” não pode ser considerada indício de uma teoria unilinear ou universalista. In: G. Sofri. *Il modo di produzione asiatico. Storia di una controversia marxista*, op. cit., pp. 52 e 209-210. Cf., ainda, E. Hobsbawm. *Karl Marx, Formações econômicas pré-capitalistas – Introdução*, op. cit., pp. 16-18. Sobre a analogia entre a problemática da *Crítica da economia política* e a da filosofia da história de Hegel, veja A. Boito. “O lugar da política na teoria marxista da história”. *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, n° 19. 2005, pp. 62-82, tr. it. de M. Vanzulli, “Il posto della politica nella teoria marxista della storia”. *Quaderni Materialisti*. Milano: Ghibli, n° 3-4. 2004-2005, pp. 21-40.

¹⁵ K. Marx. *Forme che precedono la produzione capitalistica*, op. cit., pp. 410-411.

gem como subjetividade na segunda forma, na qual aparece a separação entre cidade e campo e o indivíduo não é mais um acidente em relação à comunidade na medida em que se torna proprietário privado¹⁵. O ponto de partida é a *unidade natural* do trabalhador com seus pressupostos materiais, enquanto pressupostos naturais. O esquema hegeliano da emersão da subjetividade da substância ajuda Marx a pensar o desenvolvimento das formas de propriedade e sua privatização.

Marx tem, com efeito, necessidade de categorias abstratas, não no sentido genérico, válido para toda análise historiográfica, mas no sentido específico do elevado grau de abstração próprio das *Formen*. O que depende da natureza da análise que Marx desenvolve aqui, qual seja: a definição do desenvolvimento multilinear que determina as condições específicas do modo de produção capitalista. Assim como a teoria do modo de produção capitalista que Marx realiza n' *O Capital* é uma teoria submetida a uma particular rarefação teórica, a uma abstração que a considera em sua "media ideale", sem tomar em consideração o "movimento real da concorrência"¹⁶, analogamente, nas *Formen*, o processo é cristalizado, as relações de propriedade são consideradas por si só em suas conexões dinâmicas e evolutivas segundo uma abstração conceitual muito elevada, na qual as figuras históricas estão em relação recíproca como essências. Por isto, torna-se indispensável empregar os conceitos da filosofia hegeliana. Indispensável e natural, pois, não se pode pensar que Marx já tinha em mente esquemas de desenvolvimento e que, em seguida, os descrevia através de conceitos hegelianos, mas é exatamente através destes últimos que o esforço cognitivo marxiano pode se explicar. Marx utiliza as categorias hegelianas, em particular, nos pontos do texto em que os pares conceituais opostos comportam uma comparação ou uma potencialidade dinâmica. Com Hegel, Marx reconhece que toda figura histórica é uma relação que contém em si aquilo que se lhe opõe e que é o outro de si, mesmo que, por vezes, em sua modalidade negativa. Quando Marx escreve (e se trata apenas de um exemplo entre muitos outros): "como ser isolado, o homem se refere, desde então, apenas a si próprio, enquanto os meios para se pôr como isolado tornaram-se, ao contrário, seu ser

¹⁶ Cf. K. Marx. *Manoscritti del 1864-1865*, apud A. Mazzone. "Introduzione". In: Alessandro Mazzone (org.), *Mega: Marx ritrovato, grazie alla nuova edizione critica*. Roma, Mediaprint. 2002, p. 19.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 429.

¹⁸ Cf., sobre este ponto, o que escreve Jean-Pierre Lefebvre na introdução da edição francesa dos *Grundrisse*: «Si Marx utilise, ou plutôt réutilise, les catégories d'une philosophie dont il dit par ailleurs être sorti, c'est afin de tenir *ensemble* tout l'univers réflexif construit par l'économie politique classique, au-dessus de l'*antagonisme* qui exprime l'essence du mode de production capitaliste en tant que réalité *historique*; mais c'est aussi afin de pouvoir exposer la critique historique de ce que l'économie présente comme une nature, un *être*. Bref, il s'agit d'un choix (ou d'une contrainte) théorique. Mais aussi, d'une certaine façon,

universal e comum”¹⁷, pensa como um hegeliano e utiliza a relação dialética dos conceitos postos no processo para descrever uma figura histórica, neste caso, o caráter contraditório do indivíduo isolado em relação à comunidade e ao universal¹⁸.

O lugar e os limites da dialética

O desenvolvimento das formas de propriedade se compreende por meio da relação entre a *reprodução* e a *transição*; busca-se a tendência que conduz, por seu próprio desenvolvimento endógeno, por sua própria “dialética” de produção e reprodução, de uma formação social a outra. A argumentação se esforça por seguir a lógica interna das formas de modificação da propriedade e das relações de produção de uma dada formação social. Os modos de transição podem ser descritos de acordo com um processo constante e típico, diverso para cada formação social. Não são pressupostas, pois, leis dialéticas válidas de maneira geral, mas o que se tenta, na verdade, é antes a reconstrução do processo de cada formação social, seguindo, nele, suas conexões essenciais. É como se o sujeito *desta* reconstrução fosse o próprio processo. O estudo das *Formen* não é, de forma alguma, portanto, um estudo puramente histórico, mas, ao contrário, ele é a análise dos elementos conceituais da reprodução, considerados neles próprios. Estamos, pois, face a tipos de reprodução diversos, que dizem respeito a formas diversas de propriedade e de relações de produção, nos quais encontram-se reunidas condições essenciais dadas, conceitualizadas. Não é um modelo filosófico, de filosofia da história, que constitui o caráter desta investigação. Levando-se em conta a limitação das fontes históricas sobre as quais Marx está trabalhando, trata-se da tentativa de reduzir a multiplicidade das sociedades conhecidas a algum tipo geral sobre a base das relações de propriedade. Isto constitui apenas em certa medida uma explicação do processo civilizatório, concebido, aliás, enquanto passagem de uma formação social a outra; mas a compreensão da lógica do processo e de sua dialética não depende de um objetivo historiográfico ou de explicação das leis da evolução social enquanto tais, pois, esta análise se coloca precisamente no interior do estudo sobre o modo de produção capitalista. Justamente pelo caráter fundamentalmente teórico-abstrato da análise das *Formen*, Marx não identifica inteiramente as formações

d’un choix (ou une contrainte) théorique de circonstance dans la mesure où il est fait sous la pression d’une conjoncture d’urgence: il y a avait urgence dans l’esprit de Marx à dominer conceptuellement le processus en train de s’accomplir. Ce qui, dans un ouvrage publié, aurait pu sembler une rechute dans la philosophie et un démenti explicite de la critique faite à Proudhon, apparaissait à Marx plutôt comme une expérimentation en laboratoire dont il estimait sans doute bien connaître les procédures: une opération heuristique à haut risque mais nécessaire». J.-P. Lefebvre. *Introduction à K. Marx, Manuscrit de 1857-1858 «Grundrisse»*. Paris, Editions Sociales. 1980, p. XII-XIII.

pré-capitalistas com entidades histórica e geograficamente determinadas. Ele procura, de fato, nas formas pré-capitalistas, os modos de existência das categorias que o capital lhe forneceu e acentua seus pontos de contato mais que suas diferenças, tendo em vista que entende a história destas formações, sobretudo, como pré-história do capital¹⁹. De todo modo, se, por um lado, a evolução é compreensível em seus princípios e em suas conexões, por outro lado, no interior de cada processo histórico, restam diversas as conexões que podem ser instauradas e, portanto, os êxitos possíveis. A lógica do processo é retirada, por meio de mediações e abstrações, de sua base de eventualidade. Isto comporta, ao mesmo tempo, a contingência da história e a possibilidade de descobrir as leis de seus possíveis desenvolvimentos. Não é, pois, possível pensar um processo de desenvolvimento universal e unilinear²⁰.

A reprodução suprime, pouco a pouco, as condições sobre as quais se baseia uma dada formação social, isto é, a comunidade e as relações de produção que lhe constituem o fundamento. A reprodução é, tendencialmente, evolutiva, e isto concerne, no limite, também à formação estática por excelência, isto é, a forma asiática. O pressuposto econômico de uma formação social é modificado por seu próprio crescimento quantitativo no interior da reprodução (aumento da população, da pobreza, etc.) e, também, pelo sobrevir de elementos exteriores (guerra, conquista, comércio²¹), mas o desenvolvimento é, de forma tendencial, concebido como inerente à própria reprodução: é a reprodução de relações pressupostas. É este o motivo principal deste escrito – o desenvolvimento na reprodução – embora Marx não exclua *de facto* as variáveis devidas à influência cultural. Visto que o desenvolvimento ocorre na reprodução, trata-se de um desenvolvimento limitado, que se produz no interior de condições determinadas; todavia, o ampliar-se desta limitação entra, pouco a pouco, em contraste com a

¹⁹ Cf. G. Sofri, op. cit., pp. 45 e 41-43.

²⁰ A análise de Gianni Sofri retrodata de 1846 uma visão marxiana do desenvolvimento histórico prudente e complexa, de forma alguma unilinear, mas que tende, sim, a pensar as possíveis diferentes formas de propriedade, de divisão do trabalho, isto é, as diversas organizações sociais e os modos de produção como vias alternativas do desenvolvimento a partir da sociedade tribal primitiva. Também na *Ideologia alemã*, Marx e Engels fornecem apenas a descrição das formas de propriedade que se sucederam historicamente na Europa, sem pretender minimamente exaurir a história universal ou dar o desenvolvimento necessário de toda a civilização, cf. idem, ibidem, pp. 23-24.

²¹ Sobre a importância do escambo na dissolução do comunitarismo, da unidade indistinta e originária entre o indivíduo e a comunidade, cf. K. Marx, *Forme che precedono la produzione capitalistica*, op. cit., p. 429.

²² Idem, ibidem, p. 419.

base, ainda que, no início, esta pareça conhecer uma transformação compatível com os próprios pressupostos²². Trata-se de uma dialética interna à transformação própria da reprodução, não de uma dialética supra-histórica e geral, típica de uma filosofia da história. É uma dialética que depende de um crescimento quantitativo que, a um certo momento, quando torna-se incompatível com a forma no interior da qual se desenvolveu, comporta uma ruptura em direção ao estabelecimento de uma nova forma, isto é, comporta o instaurar-se de novas relações de propriedade. Lei dialética hegeliana que Marx aplica intencionalmente: “Aqui, como nas ciências naturais, evidencia-se a justeza da lei descoberta por Hegel, em sua *Lógica*: modificações puramente *quantitativas* além de certo ponto se transformam em modificações *qualitativas*”²³. A conservação da comunidade, isto é, a reprodução dos indivíduos como proprietários, comporta a destruição de suas condições específicas e ela “se inverte em seu contrário”²⁴. Certo, esta é a bem conhecida dialética do quantitativo-qualitativo, entre as forças produtivas e as relações de produção, do prefácio a *Para a crítica da economia política*, com seu suspeito (ou potencialidade de) economicismo²⁵. Aqui, porém, esta dialética não se apresenta como a dialética da história universal, mas como a forma dialética da reprodução enquanto desenvolvimento particular e específico de uma comunidade ou de uma formação social. De resto, como absolutizar o objeto cognitivo da história universal, quando é bem sabido que “a história universal não existiu desde sempre; a história, enquanto história universal, é um resultado”²⁶? O caso da formação asiática mostra que as relações que estruturam uma sociedade podem, também, impedir o desenvolver-se de uma tal dialética. Seria interessante ver quais elementos freiam, com maior incidência, o processo evolutivo, pois, teríamos uma confirmação, por via negativa, de quais elementos o provocam. Elementos de caráter quantitativo, tal qual o aumento da população em relação aos recursos? Elementos de caráter sócio-político, como a organização da formação social analisada junto ao nível de desenvolvimento tecnológico e de vida material? Certo, novamente o caso da formação asiática poderia conduzir-nos a mostrar que a consideração dos aspectos atinentes apenas ao desenvolvimento das forças produtivas não seria suficiente para elucidar a evolução ou estagnação de uma formação social. Também a famosa dialética das forças produtivas e das relações de produção do

²³ K. Marx, *O Capital. Crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1980, I, p. 353.

²⁴ K. Marx, *Forme che precedono la produzione capitalistica*, op. cit., pp. 426-427.

²⁵ K. Marx, *Per la critica dell'economia politica*, op. cit., p. 5.

²⁶ K. Marx, *Introduzione del 1857*, op. cit., p. 198.

Prefácio de 1859 revela-se como uma abstração explicativa do desenvolvimento, uma abstração bem mais esquemática que aquela que se encontra nas *Formen*, embora, em larga medida, construída sobre a mesma lógica.

Voltando, pois, à dialética da reprodução, é preciso insistir sobre o fato de que esta deve ser entendida como uma conceitualização, uma simplificação, a aplicação de um esquema hegeliano necessário para se pensar um processo histórico sob uma perspectiva particular. A história apresenta um quadro de elementos que podem concorrer para o desenvolvimento civilizatório muito mais complexo que aquele presente no esquematismo dialético. Estes elementos não podem, de fato, ser compreendidos em categorias mais gerais já contempladas no esquema dialético, nem ser considerados aparências despojadas de eficácia autônoma. Se se considera a dialética das forças produtivas e das relações de produção, apresentada na *Crítica da economia política*, somos, logo, conduzidos a aporias que colocam forçosamente em discussão o materialismo dialético. Não se poderia, por exemplo, explicar porque a França foi o país das revoluções políticas burguesas, enquanto o país que apresentava a forma mais desenvolvida do modo de produção capitalista era a Inglaterra. É claro que se faz necessário encontrar uma explicação desta diferença recorrendo-se a elementos externos àqueles que desencadearam as passagens dialéticas. Há, portanto, elementos do processo histórico não simplesmente acessórios e secundários que escapam a esta e também a qualquer outra dialética. Marx sabe muito bem que a dialética dos conceitos de força produtiva e relações de produção é “uma dialética cujos limites têm que ser definidos e que não anula a diferença real”²⁷. Em outros termos, retomando o texto das *Formen*, seu caráter abstrato e sua tentativa de descrever as linhas gerais do desenvolvimento nos dá uma indicação no sentido da não ontologização da dialética, do não fazer da dialética uma ontologia histórica. A dialética marxiana não se apresenta, pois, como a lógica hegeliana que se desenvolve sobre uma base materialista, mas, num certo sentido, como uma abstração heurística, uma conceitualização que comporta uma especial simplificação e esquematização e que não tem como objetivo a descrição integral dos movimentos evolutivos reais, mas a determinação das passagens centrais de linhas particulares de desenvolvimento *ad quem*, das particulares tendências evolutivas que conduzem ao modo de produção capitalista.

Certamente, a questão da dialética em Marx é bastante complexa, requer uma exploração analítica mais ampla no interior da obra marxiana. Basta pensar no Posfácio

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 197.

²⁸ Cf. K. Marx, *O Capital. Crítica da economia política*, op. cit., I, pp. 16-17.

²⁹ Cf. N. Bobbio, “La dialettica in Marx”. In: *Rivista di Filosofia*, nº 49. 1958, p. 346.

à segunda edição d' *O Capital*, onde é o próprio Marx que propõe a interpretação do materialismo dialético como oposto ao idealismo dialético hegeliano, a dialética reposta sobre seus próprios pés²⁸. Talvez fosse preciso seguir a sugestão de Norberto Bobbio em relação à pluralidade de significados que o termo dialética recebe no curso da obra de Marx²⁹. Bobbio propõe esta distinção geral: “A dialética pela qual Marx se apaixonou e em torno da qual trabalhou nos anos de maturidade, à medida em que avançava na pesquisa da economia política – vindo mesmo a falar de uma nova ciência econômica elaborada com método dialético – não é a mesma que ele descobriu nos anos juvenis, quando traçou as grandes linhas de uma filosofia da história não mais do ponto de vista do homem teórico, mas do homem prático (uma espécie de fenomenologia com a cabeça para cima ou, em outros termos, não uma fenomenologia do espírito, mas do indivíduo empírico). A primeira é um método de pesquisa científico (ou que ele considera como tal), um cânone ou uma série de cânones para uma compreensão mais adequada das categorias da economia, que são categorias históricas e não naturalísticas ou metafísicas; a segunda é um método de interpretação da história na totalidade de seu processo”³⁰. A dialética de que estamos tratando é, pois, a primeira destas duas elucidadas por Bobbio, embora pareça que se pode falar, para o Marx da maturidade, de uma coexistência destas duas dialéticas, que foram, também, nomeadas, respectivamente, “sintética” – aquela que concerne a uma concepção dialética da totalidade do desenvolvimento histórico – e “analítica” – aquela que vale como um instrumento de análise aplicado a um complexo determinado de fatos³¹.

A simplificação e conceitualização operada por Marx permite, por um lado, ressaltar muitos elementos do processo histórico real, permite, sobretudo, isolar seus fatores de desenvolvimento fundamentais. No caso do texto das *Formen*, trata-se dos fatores de desenvolvimentos fundamentais da instância jurídico-proprietária. Por outro lado, esta conceitualização e sua dialética comporta um empobrecimento que exclui outros aspectos do próprio processo histórico, que devem, ao contrario, ser levados em conta. Isto se deve *in primis* à intenção pragmática que permeia toda a reconstrução histórico-evolutiva e que faz com que ela seja conduzida segundo a particular angulação de perspectiva à qual acenamos. Além disto, é preciso considerar o caráter individual e específico de todo processo civilizatório, de toda formação social concreta, que remete

³⁰ Idem, ibidem, p. 349.

³¹ Cf. M. Dal Pra, op. cit., pp. XIX-XXI. Em sua análise, que considera as obras de Marx até 1857, Dal Pra insiste sobre a reconsideração da *Lógica* hegeliana, do método dialético e, sobretudo, da noção hegeliana de totalidade originária, na *Introdução de 1857* – depois da posição fortemente crítica em relação à dialética presente na *Sagrada família*, na *Ideologia alemã* e na *Miséria da filosofia* (pp. 283-325).

³² Cf., por exemplo, K. Marx, *Introduzione del 1857*, op. cit., pp. 172 ss. e 189.

a uma configuração típica, mas passível de estruturar, em seguida, de acordo com modalidades próprias, o conjunto constituído pela união das forças e das relações de produção. Estes elementos extra-dialéticos são decididamente levados em conta por Marx em suas obras históricas; ele, ainda, tem consciência da não-identidade entre representação científica e movimento real, entre abstrato e concreto. O *concreto* pode ser apenas o resultado da pesquisa científica, e não o ponto de partida³².

A análise marxiana insiste, nas *Formen*, sobre os elementos diacrônicos porque é conduzida do ponto de vista do ancoradouro capitalista, como temos visto. A tendência evolutiva reside justamente no fato de que a reprodução tende a impelir, para além de si mesma, à dissolução da forma que reproduz. Concedendo o desenvolvimento como reprodução, torna-se possível uma teoria materialista da história que exclua a descrição idealista da mudança sócio-cultural baseada unicamente na ação de fatores ideais. Precisamente porque, nas *Formen*, estamos diante de uma tentativa de determinação do desenvolvimento das formas de propriedade, a função dos fatores ideais não é levada em consideração. Poderíamos dizer a mesma coisa a propósito das forças produtivas, embora Marx indique o caráter fundamental destas e a correspondência que deve existir entre seu nível de desenvolvimento e aquele das formas de propriedade. Mas, justamente, a dialética não consegue compreender tudo, e se, no Prefácio a *Para a crítica da economia política*, a abstração dialética se fixa, sobretudo, no desenvolvimento das forças produtivas, aqui, ela se concentra sobre o desenvolvimento das formas de propriedade. É preciso então voltar-se para outro lugar para saber qual seria, no movimento da reprodução, a relação entre as forças produtivas e os fatores ideais, como a política e o direito, enquanto elementos de organização das relações de produção e do arranjo civil da comunidade. Para outro lugar, na própria obra de Marx, e também para as diversas tentativas elaboradas dentro da tradição marxista.

As *Formen* constituem, assim, apenas uma peça, embora, estimamos, de considerável importância, para reconstruir a teoria marxiana da história ou mesmo para elaborar uma teoria marxista da história. O que aparece evidente é que se trata, aqui, de uma reconstrução do processo histórico que remete a uma teoria multilinear da história, sendo que as diversas formas pré-capitalistas não são reconduzidas a uma origem histórica comum, colocada sobre uma mesma linha. Sua origem comum é, ao contrário, ao mesmo tempo, *natural e conceitual*, isto é, a unidade dos homens com a propriedade enquanto pressuposto natural. Um tal pressuposto natural – descrito, aqui, de forma hegeliana, também na estrutura em torno da qual se organizam suas relações internas – se tornará mais complexo quando os conhecimentos marxianos sobre as sociedades “primitivas” se enriquecerão graças à leitura das obras de Maurer, Morgan e Kovaleskij. Por outro lado, se as diferentes evoluções descritas têm uma tendência comum (as sociedades capitalistas) no sentido que tem sido indicado – isto é que Marx busca entrever a modalidade própria a cada formação para chegar à separação do trabalhador em relação à